



**ATA - Reunião da CT de Licenciamento**

**Data: 26/10/2018 das 9h30 às 16h00**

**Local: Casan – Estreito/Florianópolis**

**I - PARTICIPANTES:**

Janaina Mendes – ANAMMA;  
Sandra Regina Batista e Rafael Paludo - – CIMVI;  
Fernanda Maria F. Vanhoni - ABES;  
Patrice Juliana Barzan - Casan  
Jonas Comin Nunes (**Presidente**), Odilon G. Amado– CRQ;  
Schirlene Chegatti (**Relatora**), Leticia P.L. Woyakewicz - FACISC  
Ivana Becker – IMA SC;  
Luiz Antonio Garcia Correa – SDS;  
Convidados:  
Bruno Cristofolini - OAB  
Aline Masson - Advogada  
Guilherme Dallacosta – Facisc  
Stevens Spagnollo – IMA  
Augusto F. Casagrande - IMA

**II - DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO:**

**1) Ata da reunião anterior**

**2) Solicitação oriunda da ouvidoria quanto à regulamentação do art. 39 do Código Ambiental, que é de competência do CONSEMA.**

Discussão: Presença de Stevens Spagnollo - ANS – Engenheiro - Coordenadoria de Desenvolvimento Ambiental de Blumenau – CODAM (47) 3378-8540 - [stevens\\_spagnollo@ima.sc.gov.br](mailto:stevens_spagnollo@ima.sc.gov.br) . Iniciada análise da minuta de proposta da OAB.

Lei Estadual n. 14.675/2009: “Art. 39. Por solicitação dos responsáveis de atividades ou empreendimentos licenciáveis, pode ser admitido um procedimento unificado que resulte no licenciamento ambiental coletivo de empreendimentos e atividades, cuja proximidade e localização recomendem ações coletivas integradas, voltadas à mitigação de impactos ambientais, sistematizadas no formato de um plano, sujeito à prévia autorização pelo órgão ambiental, observados os requisitos de ordem legal e institucional, definida a responsabilidade legal pelo conjunto de atividades/empreendimentos e os condicionantes técnicos indispensáveis, que devem ser regulamentados pelo CONSEMA.”

**Sugestões:**

- A previsão do estudo ambiental, além do plano.
- Definir a sequência do procedimento (requerimento, termo de referência, plano + estudo, avaliação do órgão).
- Avaliar se um estudo aplicável ao somatório das atividades ou o estudo mais complexo (mais impactante) entre todas as atividades.

Encaminhamento: continuar na próxima reunião.

**3) Minuta de resposta ao e-mail recebido através da Ouvidoria da SDS referente a atividade de fabricação de calçados e artigos de couro e peles, considerando a verificação in loco da FECAM;**

Discussão: conforme discussão ocorrida na reunião de 26 de junho foi verificada a justificativa da alteração de porte, bem como a possibilidade de reaplicação do porte



50 anterior, Porte Pequeno:  $0,01 \leq AU(3) \leq 0,1$  (RAP), conforme dispunha a Resolução  
51 Consema 13/12. Verificada a tabela de revisão do Consema 13/2012, bem como a  
52 justificativa da FAEMA considerada à época para alteração do porte.

53 Foi avaliado o conteúdo descritivo dos códigos, dispostos na Resolução Consema  
54 98/2017, relacionados ao questionamento efetuado:

55 **19.90.00** -Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles

56 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: M Solo: M Geral: M

57 Porte Pequeno:  $0,1 \leq AU(3) \leq 0,2$  (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

58 Porte Médio:  $0,2 < AU(3) < 1$  (RAP)

59 Porte Grande:  $AU(3) \geq 1$  (EAS)

60 **30.90.00** Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.

61 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

62 Porte Pequeno:  $0,02 \leq AU(3) \leq 0,2$  (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

63 Porte Médio:  $0,2 < AU(3) < 2$  (RAP)

64 Porte Grande:  $AU(3) \geq 2$  (EAS)

65 **30.90.10** Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.

66 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

67 Porte Pequeno:  $0,01 \leq AU(3) \leq 0,1$  (RAP) (*nosso grifo para o porte inferior em pauta*)

68 Porte Médio:  $0,1 < AU(3) < 1$  (RAP)

69 Porte Grande:  $AU(3) \geq 1$  (RAP)

70 Em análise pela CTL a padronização dos portes em função da similaridade entre as  
71 atividades questionadas da proposta em análise (alterar o porte mínimo do código 19.90.00  
72 para 0,01 ha). FECAM (ausência justificada na reunião) solicitou mais prazo para  
73 apresentar as informações do ofício com dados da região de São João Batista (polo de  
74 fabricação de calçados) para justificativa. FIESC irá levantar dados com sindicato da  
75 região.

76 Encaminhamento: Continuidade na próxima reunião.

77

78 **4) Minuta de resposta ao ofício nº BA/11/2018 referente ao licenciamento de Centro**  
79 **de Distribuição de produtos de vestuário e acessórios**

80 Discussão: Conforme ofício da empresa BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO  
81 AMBIENTE, CNPJ 14.760.933/0001-91, solicita esclarecimento do CONSEMA sobre “*qual*  
82 *procedimento deve ser adotado para licenciamento de Centro de Distribuição de produtos*  
83 *de vestuário (agasalhos, calças, camiseta, etc.) e acessórios (relógios, perfumes, bolsas,*  
84 *sapatos, etc.)*”. De acordo com a empresa “*em contato com os técnicos da FATMA/IMA os*  
85 *mesmos posicionaram que no caso do empreendimento acima não necessita de*  
86 *Licenciamento Ambiental devido o empreendimento não transportar produtos perigosos. Já*  
87 *a FMDAS (Fundação de Meio Ambiente de São José) se posicionou a favor do*  
88 *licenciamento*”. Considerando os aspectos divergentes entre o Órgãos Ambiental  
89 licenciador Estadual e Municipal, solicitou esclarecimento acerca da necessidade do  
90 referido licenciamento ambiental para o referido empreendimento. Foi avaliado o conteúdo  
91 da IN 68 do IMA, bem como o enquadramento da atividade em questão e os impactos  
92 especialmente relacionados a EIV (estudos de impactos na vizinhança, ruído). Foi sugerido  
93 alteração do porte, avaliar a partir dos dados dos empreendimentos considerar a partir de 2  
94 a 3 hectares. Sugerido FIESC levantar dados dos empreendimentos relacionados a  
95 atividade de empresas que tem Centros de Distribuição, a partir de informações dos  
96 CNAES.

97 Encaminhamento: FECAM irá levantar os licenciamentos nos municípios para Terminal  
98 Rodoviário de Cargas e IMA irá levantar os dados do Estado para este código. FIESC irá  
99 levantar dados dos CNAES relacionados a essa atividade.

100

101 **6) Assuntos Gerais**

102



103	<b>a) Alterações/retificações referente aos códigos 43.60.00, 71.30.04, 71.30.05, conforme ofício da Vigilância sanitária.</b>
104	
105	<u>Discussão:</u> Avaliado o conteúdo do ofício da Diretoria da Vigilância Sanitária – DIVS- nº
106	2606/2018 encaminhado a SDS contendo os respectivos anexos da DIVS CI nº 812/18 CI
107	nº 853/18, Parecer nº 552/2018 – SES 28209/2018 que dispõe de análise e proposta de
108	alteração da Resolução Consema n.º98/17 para inclusão no rol de licenças as atividades
109	de ferro velho e similares. O conteúdo da solicitação dispõe principalmente de motivos
110	relacionados à saúde pública causados por riscos epidemiológicos. Quanto aos riscos
111	ambientais são citados de forma pontual a supressão de vegetação para ocupação dos
112	locais para depósitos de veículos inutilizados ou apreendidos e a possibilidade de
113	contaminação de solo proveniente de risco de infiltração que poderia ser causado pelo
114	vazamento de óleos, graxas, combustíveis, fluídos de freio, radiadores e ácidos de
115	baterias. Na análise efetuada pela CTL os riscos ambientais, podem ser controlados por
116	meio de fiscalização, independente da necessidade de licenciamento. Neste caso o maior
117	risco está associado a questões de saúde pública, que já são de competência da Vigilância
118	Sanitária.
119	<u>Encaminhamento:</u> Janaína (ANAMMA) irá relatar a justificativa conforme discussão
120	ocorrida na reunião para elaboração do ofício resposta. Jonas irá revisar o ofício para
121	próxima reunião.
122	
123	<b>b) Solicitação conforme e-mail encaminhado à SDS oriunda do requerente Wilson</b>
124	<b>Alano (empresa Seed Engenharia) sobre esclarecimento de enquadramento de</b>
125	<b>atividade (incluir nos assuntos gerais)</b>
126	<u>Discussão:</u> Consulta sobre enquadramento de empresa que recebe recicláveis oriundos de
127	catadores autônomos, realiza triagem, separação em caçambas para posterior transporte
128	para empresas responsáveis pelos processos de reciclagem, dentre os códigos listados
129	abaixo:
130	<b>34.41.16 - Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta</b>
131	<b>seletiva. Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P</b>
132	Porte Pequeno: $5 \leq QT \leq 30$ (RAP)
133	Porte Médio: $30 < QT < 50$ (RAP)
134	Porte Grande: $QT \geq 50$ (RAP)
135	O porte inferior ao caracterizado como porte “P”, será licenciado por meio da expedição de
136	Autorização Ambiental – AuA. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 118, de
137	2017).
138	<b>71.60.02 - Armazenamento temporário de resíduos Classe IIA, exceto</b>
139	<b>eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo.</b>
140	Pot. Poluidor/Degradador Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
141	Porte Pequeno: $AU(3) \leq 0,1$ (RAP)
142	Porte Médio: $0,1 < AU(3) \leq 0,15$ (RAP)
143	Porte Grande: $AU(3) > 0,15$ (EAS)
144	<b>71.30.02 -Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A.</b>
145	Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P
146	Porte Pequeno: $QT \leq 15$ (RAP)
147	Porte Médio: $15 < QT < 50$ (EAS)
148	Porte Grande: $QT \geq 50$ (EAS)
149	Na reunião de 05 de outubro da CTL foi observado que caso a empresa realizasse
150	operações de triagem, o enquadramento deveria ser realizado pelo código mais específico
151	relacionado à atividade, neste caso, o código 34.41.16. Entretanto, em análise
152	complementar do parecer técnico n. 0318/2018 /FMADS/SJ por possuir atividades de
153	enfardamento e não receber resíduos oriundos da coleta seletiva municipal o
154	empreendimento deve se enquadrar no código 71.30.02.
155	Além disso, considerando as informações repassadas entendeu-se pela alteração do porte



156 dos códigos 71.30.02 e 71.30.01, visando equalizar com o código correspondente aplicado  
157 pela coleta pública (34.41.16), mantendo-se os estudos aplicáveis aos portes anteriores.

158

159 **71.30.01 -Unidade de reciclagem de resíduos Classe IIB.**

160 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

161 Porte Pequeno:  $5 \leq QT \leq 30$  (RAP)

162 Porte Médio:  $30 < QT < 50$  (RAP)

163 Porte Grande:  $QT \geq 50$  (RAP)

164 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de  
165 Autorização Ambiental – AuA. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 118, de  
166 2017).

167 **71.30.02 -Unidade de reciclagem de resíduos Classe II A.**

168 Pot. Poluidor/Degradador: Ar: P Água: P Solo: P Geral: P

169 Porte Pequeno:  $5 \leq QT \leq 30$  (RAP)

170 Porte Médio:  $30 < QT < 50$  (EAS)

170 Porte Grande:  $QT \geq 50$  (EAS)

172 O porte inferior ao caracterizado como porte "P", será licenciado por meio da expedição de  
173 Autorização Ambiental – AuA. (Redação dada pela Resolução CONSEMA nº 118, de  
174 2017).

175 Encaminhamento: elaborar ofício resposta para a Secretaria Executiva para providências  
176 de resposta ao requerente e inclusão desta alteração na nova proposta de revisão da lista  
177 de atividades do Anexo VI da Resolução Consema n ° 98/17 e Resolução Consema n °  
178 99/17 de 2019.

179

180 **c) Próxima reunião: 23 de Novembro / 14 Dezembro**

190

191 **II - ENCERRAMENTO:**

192 Finalizada a reunião e não tendo havido mais manifestações e tendo sido cumprida a pauta  
193 convocada, as discussões foram encerradas e o presidente, agradecendo a presença de  
194 todos deu por encerrada a reunião. A correspondente ata foi por mim relatada, Schirlene  
195 Chegatti.